## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO № , DE 2017 (Do Senhor Chico Lopes)

Requer Audiência Pública para tratar das mudanças na composição e atribuições do Fórum Nacional de Educação-FNE e da convocação da 3ª Conferência Nacional de Educação (CONAE).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 255 e 256 do Regimento Interno, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para tratar das mudanças na composição e atribuições do Fórum Nacional de Educação-FNE e da convocação da 3ª Conferência Nacional de Educação (CONAE).

## Justificação

Ao editar o decreto de 26 de abril de 2017, que convoca a 3ª Conferência Nacional de Educação, o Ministério da Educação, revoga o que determinava o decreto de 9 de maio de 2016. Ao proceder dessa forma o Ministério da Educação exorbitou do seu poder quando não observou o que preceitua o disposto nos arts.5º e 6º da Lei nº 13.005, de 2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação.

É preciso ressaltar que o Ministério da Educação ao tomar tal decisão deslegitima, desestrutura e desrespeita o Fórum Nacional de Educação (FNE), órgão oficial que constrói a Conferência Nacional de Educação.

Educadores e entidades dos movimentos sociais denunciam que a medida serve para obstruir a participação do FNE na construção da Conae, retirando da sociedade civil o direito do debate e construção dos rumos da educação brasileira.

Por essa razão solicito a realização de Audiência Pública com os seguintes representantes: Fórum Nacional de Educação (FNE); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Confederação Nacional dos Trabalhadores em

Estabelecimento de Ensino (Contee); Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES); Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico – Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras(FASUBRA); Ministério da Educação; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), entre outros.

Sala da Comissão, em 04 de maio de 2017.

Deputado Chico Lopes
(PCdoB/CE)